

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	259.059	12%	11,20

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
Total das Despesas/RCL (%)	

FONTE: SIAFEM - Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios

Exposição de Motivos – E.M. Nº 003/10/SEFA.
De 28 de maio de 2010.

Excelentíssima Senhora Governadora de Estado,

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, concernente às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelece que, ao final de cada quadrimestre, será emitido, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no seu artigo 20, Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras autoridades que vierem a ser definida por ato próprio de cada Poder ou órgão.

2. O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada Lei de Responsabilidade Fiscal, deve conter informações relativas aos demonstrativos: despesa com pessoal, dívida consolidada líquida, garantias e contragarantias de valores, operações de crédito e simplificado, devendo, no último quadrimestre, ser acrescido de demonstrativo referente ao montante da disponibilidade de caixa em trinta e um de dezembro e dos Restos a Pagar.

3. Nos demonstrativos constantes deste Relatório de Gestão Fiscal, excluímos as colunas referentes a “Restos a Pagar não Processados”, devido, não terem ocorrido despesas orçamentárias empenhadas e não liquidadas.

4. As demonstrações que compõem o mencionado documento são consolidadas e avaliadas quanto à consistência dos dados nelas contidos, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

5. Assim sendo, e com o objetivo de dar fiel cumprimento àquela determinação legal, cuja finalidade precípua consiste na preservação do princípio constitucional da publicidade, submeto a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Estadual, em anexo, referente ao quadrimestre janeiro a abril de 2010.

Respeitosamente,
VANDO VIDAL DE OLIVEIRA REGO
Secretário de Estado da Fazenda

De acordo,
Em 28 de maio de 2010

ANA JÚLIA CAREPA
Governadora do Estado

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2009 A ABRIL/2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)R\$ milhares

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	DESPESAS EXECUTADAS
	(Últimos 12 Meses)
	LIQUIDADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.413.054
Pessoal Ativo	3.179.925
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.181.420
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contrato de Terceirização (§ 1º do art.18 da LRF)	51.709
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	647.211
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	742
Decorrentes de Decisão Judicial	28.253
Despesas de Exercícios Anteriores	23.433
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	594.783
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.765.844
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III)	3.765.844
<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u>	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	8.505.213
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V)*100	44,28
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 48,60%	4.133.534
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 46,17%	3.926.857

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios

Hélio Santos de Oliveira Goes
Diretor de Contabilidade e Gestão Fiscal

Vando Vidal de Oliveira Rego
Secretário de Estado da Fazenda

Mary Joyce White Rocha
Auditora Adjunta